
ENTRE O EPISTEMICÍDIO E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA NAS ESCOLAS

**Geovana da Câmara
Silva**

Licenciada em História pela
Universidade Federal do
Oeste da Bahia – UFOB.
Professora da Educação
Básica.

Resumo

Este artigo se propõe a analisar o epistemicídio e o perigo de uma história única nas escolas, onde o papel das instituições de ensino são colocadas em evidência buscando-se romper com um sistema que ao longo da história vem priorizando uma linha temporal de estudo europeia, centrada nos tidos “vencedores”. Aspecto que vem desde a escolha dos materiais didáticos que são aprovados e, posteriormente, adotados pelas escolas, onde ainda possuem a ausência de novas perspectivas que possam incluir de maneira não reducionista as narrativas negras em sala de aula. Entendendo que o acolhimento de mudanças e a adoção de novas metodologias de ensino devem ser uma das principais pautas, a fim de acolher novas mudanças e perspectivas.

Palavras-chave: Ensino de história; epistemicídio; letramento; literatura negra.

INTRODUÇÃO

Pensar uma educação antirracista na sociedade brasileira, perpassa por uma série de fatores, que vão desde o reconhecimento do não dito e não visibilizado de maneira estratégica, assim como as engrenagens envolvidas, para que isso se perpetue. A partir disso, esse trabalho busca refletir principalmente sobre o papel da escola, especificamente o ensino de história através do uso de literatura, a qual pode atuar para romper com esse sistema de maneira transversal.

Ao entender que o primeiro passo para novas perspectivas é o contato com narrativas e escritas literárias, que possam ter o nacional como plano de fundo e, assim perceber a singularidade existente no local, e as especificidades a partir do local de quem escreve, nesse caso, a partir da vivência de negros e negras.

O acolhimento, e mudança de perspectiva sobre literatura acontece a partir de identificação, e de um contato realista possibilitado pelas autobiografias, ou ficções onde o negro e forma de se estar no mundo é permeado por descrições realistas, trazendo tanto os aspectos positivos, quanto negativos, as mazelas, que ainda existem, e os contornos inspiradores, que resultará em identificação, e reconhecimento de sua negritude por parte dos estudantes em sala. O objetivo do artigo é analisar a importância da inserção das diferentes linguagens em sala de aula, utilizando-se das narrativas e obras literárias negras de modo a romper com os silenciamentos e agregar os processos educativos á partir de uma perspectiva decolonial.

O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Em uma palestra TED talk de 2009, e adaptado em livro publicado pela Companhia das letras, *O perigo de uma história única* (2018) de Chimamanda Ngozi permanece atual, e servirá de referência para se pensar a construção das narrativas femininas negras em sala de aula, e no imaginário de brasileiros. É um chamado a refletir sobre os estereótipos existentes, e como visões pré-existentes turvam julgamentos, e exigem um novo olhar, para que se possa escapar dessa poderosa e problemática teia de narrativas válidas e não válidas que se baseiam na raça como fator determinante do “quem pode falar” na sociedade.

Em sua escrita, Chimamanda aborda como as mídias constroem uma visão pré-estabelecida do que determinadas localidades representam, em seu caso a África, em que o imaginário se centra nas paisagens idílicas, ou nas pessoas travando guerras, enfrentando doenças como a AIDS e a miséria. Se pensando o Brasil, em específico a figura negra, os estereótipos dentro e fora do país ainda representam o corpo de negros e negras ocupando locais subalternos, servindo os brancos, a malandragem, e sexualização, por exemplo, não só em livros, mas também em novelas, filmes e séries.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (ADICHIE, 2019, p. 12).

Falar sobre história única é perceber as forças atuantes para que determinadas estruturas se mantenham. Ao longo da história, as narrativas estiveram sob domínio de determinada e reduzida parcela da sociedade, a forma como as histórias são contadas e reproduzidas acabam por determinar e atribuir uma visão determinista e definitiva de um povo. A partir do momento que a predominância das narrativas sobre as pessoas negras é centrada em aspectos negativos, além de uma construção reducionista, exclui aspectos da existência negra, permeada por resistência e contribuições para além dos aspectos culturais, e intelectuais.

A partir do momento que a brancura passa a ser parâmetro para virtudes e importância de contribuições, passou-se a existir uma predefinição que os demais povos ocupariam os bastidores e lugares de menor importância e visibilidade em suas produções, percebe-se então que “(...) a cultura necessita do negativo, do que é recusado, para poder instaurar, positivamente, o desejável. Tal processo inscreve os negros em um paradigma de inferioridade em relação aos brancos” (NOGUEIRA, 1998, p. 42).

Daqui é que deriva o senso comum, segundo o qual a vida dos brancos vale mais do que a de outros seres humanos, o que se depreende, por exemplo, da consternação pública que provoca a violência contra brancos das classes hegemônicas, em oposição à indiferença com que se trata o genocídio dos negros e outros não-brancos em nossa sociedade. Aqui está o princípio da autoestima e a referência do que é bom e desejável no mundo, estabelecendo o branco burguês como paradigma estético para todos (CARNEIRO, 2005, p. 44).

Essa construção no imaginário coletivo, de um local de menos prestígio reservado a determinados grupos sociais, advindo antes mesmo dos processos escravistas, como discutido anteriormente, tem seus resquícios e interferência nos dias de hoje. Onde a partir do momento que a mídia, os meios informacionais priorizam determinadas narrativas se pressupõe que outras ocupem as margens. No caso brasileiro, o não reconhecimento, e punibilidade aos culpados pelos processos escravistas, e minimização de atos racistas atuais, coloca a sociedade com um olhar de naturalidade para com as mazelas sociais que são colocadas enquanto sinônimo do que é ser negro na sociedade.

Como bem pontua Neusa Santos em seu livro *Tornar-se negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social (1983)* a autonomia para resgatar esse discurso, a partir de um local de quem vivenciou as mazelas e resistências, é de suma importância, e uma maneira de exercer autonomia sobre o vivido.

O embraquecimento das representações sociais na sociedade, a partir da passagem da escravidão para o pós abolição, veio com a necessidade de se pensar sobre essas pessoas consideradas indesejadas na sociedade a partir de algum viés, que optou ao longo da história e da construção de um imaginário tomado por negatividade e estereótipos. Ou da tentativa de esconder as desigualdades raciais, a partir do mito da democracia racial, por exemplo.

Uma vez que a história é um campo que atua na interpretação de fatos vivenciados nas mais diferentes esferas, os escritos literários enriquecem esse processo, sendo uma fonte que abrem múltiplas possibilidades de interpretação e usos no ensino de história. Assim, “História e memória se confundem como elementos constitutivos de vários textos da literatura afro-brasileira. Como fenômenos distintos se entrecruzam, se confrontam, se complementam, ou mesmo, substituem um ao outro”. (EVARISTO, 2008, p. 1) A abertura de novas perspectivas possibilitadas nesse encontro de áreas é o que torna possível refletir acerca da temática em questão, na qual as narrativas negras atuam como ricos documentos para se pensar a escrita da história.

Reconhecer que nós nos tocamos uns aos outros na linguagem parece particularmente difícil numa sociedade que quer que acreditemos que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é ser inferior; pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, ideias são sempre mais importantes que a linguagem. Para cicatrizar a fissura da mente e do corpo, nós, povo marginalizado e oprimido, tentamos retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem. Nós procuramos construir um lugar para a intimidade.

Incapazes de encontrar tal lugar no inglês padrão, nós criamos a fala rompida, imperfeita, desregrada do vernáculo (HOOKS, 2008, p. 863).

Bell Hooks traz o desafio de refletir sobre as opressões, dessa língua falada, ou escrita. Desde a vinda forçada de negros e negras nos navios negreiros, o silenciamento foi imposto, se expressar através da própria língua era estritamente proibido, além de assumir de forma forçada a língua do dominador. O que pensando-se os dias atuais, uma das maneiras de fazer ressoar essas tantas vozes silenciadas onde as narrativas negras sejam visibilizadas, seria através de uma literatura engajada, não apenas visibilizando as narrativas, mas dando margem para que, além de escrever suas memórias a partir de suas vivências, possa se reforçar as contribuições negras dentro de temáticas e processos que não necessariamente discuta a questão racial

A construção e o pensar a identidade negra envolve uma série de variáveis que buscam refletir e agir a partir de uma construção social e histórica que seja plural. Vivenciadas a partir de uma postura em sociedade com um olhar atento e com uma postura antirracista, inclusive no espaço escolar, por exemplo. Em virtude disso, uma postura educacional que fuja dos aspectos do etnocentrismo, no qual os saberes não são postos de forma a hierarquizar ou trazer ideias universais de culturas e povos é um desses passos para uma educação integradora e grandiosa.

Assim, se entende a necessidade do ensino da cultura afro-brasileira a partir da escrita literária para além dos considerados clássicos, sabendo que existem uma gama escritoras, que ainda que invisibilizadas em muitos casos pelo mercado editorial, realizam um trabalho de análise dos eventos históricos, com uma escrita marcada pela resistência, mas também pelas memórias que trazem ricos aspectos da cultura por exemplo, a partir de seu local de fala.¹

PENSANDO UMA EDUCAÇÃO ANTI- RACISTA

Pensando-se as responsabilidades e ações governamentais assumidas, a fim de trazer obrigatoriedade para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, com as mudanças a partir de 2003, alterando a até então lei nº 9.394/96. O que muitas vezes escapa ao analisar as diretrizes curriculares nacionais é a necessidade de inserção de tais

¹ RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

estudos dentro das consideradas grandes áreas. O que significa que para além do campo da história, e áreas das ciências humanas no geral, ou nos eventos da consciência negra, que são obrigatórios no calendário escolar os assuntos relacionados a cultura negra devem estar presente nas demais esferas escolares educativas. No entanto, tais estudos acabam por ter aproximações somente em raras ocasiões, resumindo tais estudos a datas específicas como a abolição, por exemplo.

O que revela as problemáticas existentes, ao se pensar os currículos da educação básica e superior, onde para além da atuação de professores, o que se observa é uma batalha ideológica, de qual deve ser a representação do Brasil. Onde o cumprimento da lei ocorre de maneira problemática, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda faz pouco para que se tenha um ensino crítico e reflexivo, que englobe as mais diferentes perspectivas no ensino. Esperando-se assim, que com o novo governo, com o mandato iniciado no ano de 2023, provoque mudanças substanciais. Como a suspensão da implementação do novo ensino médio, por exemplo, que já tem sido pauta.

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, p.11, 2004).

Tal resolução, publicada no Diário Oficial da União em Brasília, segue em seus incisos de tal artigo ressaltando a obrigatoriedade por lei nas diretrizes de um ensino que seja capaz de incluir conteúdos, disciplinas e atividades que incluam a educação das relações étnico raciais, e temáticas que dizem respeito a afro brasilidade. Segue ainda em seu segundo artigo², mencionando os objetivos, que estão centrados em um ensino que seja capaz de orientar, planejar e executar uma educação de cidadãos conscientes e atuantes em uma sociedade multicultural e étnica.

Percebe-se assim, que a aplicabilidade de tais aspectos acaba por ser colocada enquanto obrigação dos professores, que na realidade brasileira atual acabam por não possuírem momentos de formação que sejam voltadas para tal, de modo que a presença

² As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana estão disponíveis no sítio eletrônico do MEC. www.mec.gov.br/cne

negra afro-brasileira, ou a falta dela acaba por depender do profissional que estará à frente de ministrar os conteúdos. Nesse aspecto, acabam por esbarrar em livros didáticos que ainda priorizam uma linha temporal europeia. Outros fatores dizem respeito a estrutura escolar, a nível de fornecer subsídio para tal, como a necessidade de bibliotecas diversificadas, por exemplo.

Entendendo que nas escolas brasileiras, a situação que perdura nas bibliotecas é a de escassas opções para os estudantes, e o mesmo se percebe nas bibliotecas públicas, potencializando ainda mais a necessidade de uma cultura escolar que crie condições para que o contato entre literatura e ensino aconteça, buscando levantar reflexões entre os estudantes das ausências existentes e importância da pluralidade, percebendo a importância de ler escritores e escritoras negras.

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípuo de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (SILVA, 2007, p.490).

Em muitos momentos se confunde a necessidade de uma educação inclusiva com o apagamento de narrativas ou substituição, quando o que se propõe refletir, é justamente o enriquecimento de saberes, narrativas e entendimento que os mais diferentes eventos possuem vivências plurais, e que merecem ser pensadas e visibilizadas tanto quanto as que naturalmente são trabalhadas em sala, pelo viés embranquecido.

Percebendo inclusive, como os contornos anteriores como no século XVIII, trouxe uma ideia de separação e hierarquia na sociedade a partir dos termos civilizados ou “não civilizados”, pensar um ensino decolonial é colocar em perspectiva a totalidade, fugindo do eurocentrismo tão presente nas instituições de ensino, e na construção de conhecimento. E pensando o recorte em questão, essa exclusão se torna mais presente quando pensamos as narrativas e vivências negras, tendo em vista que além de embranquecida, a história do país foi pensada por um viés masculino.

Se a fala do colonizador de ontem perpetua em expressões como descobrimento, conquista, selvagens, revelando uma história concebida por um olhar etnocêntrico e eurocêntrico, há um discurso poético, que imagina outra história, outro destino para os africanos que foram trazidos e escravizados nas Américas. Afirma-se a poética de uma memória recriada, reinventada e que busca refazer o caminho de volta à África, reencontrar os primeiros africanos chegados ao Brasil, construir heróis segundo outro entendimento da história e resgatar da tradição negro africana um repertório de signos próprios para a sua poética (EVARISTO, 2008, p.2).

Esse refazer de caminhos, memórias e narrativas vem ao longo da história sendo feito através da publicação de obras literárias que possuem em sua composição marcas de vivências negras, mas além disso, outras formas de se pensar as múltiplas identidades brasileiras. Se entendendo que estas vastas produções historiográficas, se qualificam enquanto recorte dentro das múltiplas vivências, que foram singulares, ainda que com a similaridade existente no gênero e raça de quem conta, por exemplo. Mas que não devem ser utilizadas como mero acessórios a chamada “grande história” como se percebe atualmente.

A escola permanece sendo o principal local onde os estudantes passam a construir dimensões mais aprofundadas sobre sua raça, e espera-se que esse seja um local aberto a discussões e a inserção da pluralidade de narrativas e perspectivas. Visibilizando as contribuições negras nos aspectos intelectuais, para além dos aspectos culturais centrados apenas na culinária, danças e dialetos. Os livros didáticos, ainda reforçam o imaginário limitante do negro reduzido ao escravismo, o que sabemos que foi uma realidade, mas em um viés reducionista acaba por limitar a presença negra aos locais e subalternidade, acabam por se esquecer que existia escravidão antes do tráfico atlântico, inclusive de pessoas brancas (SANTOS, 2020, p. 38).

Com efeito, as narrativas femininas negras são representativas de produções feitas nas margens, as quais denunciam as exclusões, preconceitos sociais e políticos, e a dominância de locais de visibilidade que ainda são majoritariamente masculinos, branco e hetero normativo (FREIRE, 2020, p.79). O papel do professor nesse processo, mais especificamente os atuantes na área de história, é primeiramente se inteirar no letramento racial crítico.

O letramento racial crítico compreende-se como o acesso a produções centradas em novas perspectivas raciais a partir de obras, que são capazes de questionar as verdades

reducionistas centradas na escravidão, assim como propõe novas perspectivas a partir da história e ciência e fuga de visões deturpadas pelo racismo. Entendendo que os livros didáticos precisam ser reformulados, pautando também suas ações com o ato de levar outras vivências e percepções para a sala de aula, realizando aproximações e sempre questionando a falta de visibilidade existentes em alguns nomes e trajetórias.

Visibilizar outras narrativas, ou seja, a partir de uma perspectiva decolonial³, perpassa refletir sobre as interpretações coloniais de outrora. Nesse cenário, os sujeitos e grupos até então colocados como subalternos tomam e retomam o poder de suas narrativas a partir de seus próprios discursos e subjetividades. Neste sentido, autoras como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Beatriz Nascimento, Lelia Gonzales, Geni Guimarães, Cidinha da Silva e tantas outras se fazem necessárias como forma de revisar as narrativas coloniais das elites branca.

Ao se analisar as temáticas presentes nas obras destas escritoras, verifica-se que as mesmas se encontram na temática das memórias, onde através destas, sendo individuais, ou observadas em suas vivências coletivas, é possível resgatar a memória coletiva afro-brasileira.

Pensar a presença e narrativas negras nas construções de conhecimento perpassa entender primeiramente a necessidade de romper com a ideia de discursos universais. De modo, que em todos os eventos históricos o que se observa são vivências diferentes, principalmente ao que tange a raça e classe, por exemplo. Utilizar a literatura feminina negra em sala de aula, é uma forma de romper com a perspectiva monocultural, em que prioriza algumas narrativas em detrimento de outras, usando para isso o caráter ficcional, biográfico, ou autobiográfico disponível na literatura negra.

A visibilização e introdução da literatura feminina negra afro-brasileira exige uma atitude compromissada, para que a visão estereotipada do negro na sociedade seja aos poucos desconstruída (PITAS, 2019, p.09). Compreender as mudanças e permanências em nossa sociedade por meio da literatura é uma forma além de romper com o ciclo duradouro de silenciamento, mas também como uma forma de levar para a sala de aula e para a vida dos estudantes o reconhecimento e valorização de suas raízes, os quais devem estar pautados nas contribuições e acesso às conquistas, de modo que se reconhecer

³ BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 15-24, 2016.

enquanto negro, ou fruto dessa mistura, enquanto branco seja um processo de identificação e estímulo a consumir a cultura negra nas demais esferas.

CONCLUSÃO

Refletir sobre a trajetória negra no Brasil, perpassa trilhar um caminho repleto por dores, silenciamentos, subjugações e tentativas de apagamento, aonde os estereótipos chegam antes das reflexões, antes do olhar aberto a enxergar corpos negros como mais que portadores da dor, mais que escravidão, e bem mais que uma valorização em datas específicas do ano como na consciência negra. A trajetória, e a presença negra é bem mais que o período colonial e um fazer educativo que resgate essa presença de maneira assertiva, a partir de um outro local, e de diferentes abordagens, é também uma forma de reparação histórica.

A literatura negra é colocada como uma dessas maneiras para se pensar um ensino que rompa com a maneira tradicional de se ensinar, na qual o contato com narrativas e escritas literárias negras são uma forma de dar visibilidade para as vivências a partir do local de protagonistas, não das dores, mas de brasilidade, e com importância na constituição da identidade do Brasil. Sabendo que este local foi negado através de apagamentos e silenciamentos ao longo da história, onde as revisões e questionamentos de determinadas posturas e metodologias de ensino são a principal forma de se enfrentar o racismo.

Ao pensar também o mundo para além dos espaços formativos, a partir da implementação de novas metodologias e ampliação de novas abordagens de ensino, possam incluir de maneira crítica e reflexiva as contribuições negras. E, sabendo-se que as contribuições negras se constroem para além da cultura, mas na intelectualidade e produção de conhecimentos, são válidos e de muita importância.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 1.187, 17 de Junho de 2004. Conselho Nacional de Educação Pleno de 17 de Junho de 2004.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 15-24, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 04 jan. 2024.

EVARISTO, Conceição. Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.

FREIRE, Pollianna de Fátima Santos. Poéticas do Desterro: memórias ancestrais e tradição literária em Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. *Abriu: estudos de textualidade do Brasil, Galícia e Portugal*, n. 9, p. 73-94, 2020.

HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 857-864, 2008.

NOGUEIRA, B. Izildinha. Significações do Corpo Negro. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

PITAS, Janaina Rodrigues. Escrivências de Carolina Maria de Jesus: o enlace entre o conhecimento histórico e a Literatura Afro-brasileira.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Florentina da Silva. Afro-descendência em cadernos negros e jornal do MNU. 1 reimp. Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprender, ensinar e relações: Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, p. 489-506, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal*, v. 10, n. 03, p. 21-37, 2005.

SANTOS, José Francisco. “Mama África”? Ligações Brasil e Angola. *In: Cadernos de África Contemporânea | Vol.1 | Nº. 2 | Ano 201808 | p. 173-186*, 2018.

Recebido em: 07/10/2024

Publicado em 27/11/2024